



Vol. 18, nº 1 (2020)

DOI: 10.30681/issn22379304v18n01/2020p94-104

A PRODUÇÃO LITERÁRIA INDÍGENA E A ANCESTRALIDADE

INDIGENOUS LITERARY PRODUCTION AND ANCESTRY

Francisco Bezerra dos Santos¹

Recebimento do texto: 12/03/2020

Data de aceite: 09/04/2020

RESUMO: As comunidades indígenas, a partir das duas últimas décadas, têm investido na produção de livros que fazem dessas comunidades protagonistas de suas histórias. A produção dessas obras segue duas vertentes, quais sejam, a autoria individual realizada por intelectuais indígenas, e a autoria coletiva realizada pelas etnias e comunidades. Diante disso, o presente trabalho discute a relação do livro indígena com a ancestralidade por entender que o processo de produção de obras indígenas leva em consideração os saberes ancestrais e comunitários. Nossas considerações buscam abrigo nos estudos de Almeida e Queiroz (2004), Graúna (2013), Guesse (2013) e outros estudiosos de mesma relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Livro indígena; Ancestralidade; Tradição.

ABSTRACT: The indigenous communities from the last two decades have invested in the production of books that make these communities the protagonists of their stories. The production of these works follows two strands, the individual authorship made by indigenous intellectuals, and the collective authorship made by ethnicities and communities. In view of this, this work discusses the relationship of the indigenous book with ancestry because it understands that the production process of indigenous works takes into account ancestral and community knowledge. Our considerations seek shelter in the studies of Almeida and Queiroz (2004), Graúna (2013), Guesse (2013) and others of equal relevance.

KEYWORDS: Indigenous Book; Ancestrality; Tradition.

¹ Mestre em Letras e Artes, pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Pesquisa financiada pela FAPEAM. Contato: francisco.santos362@gmail.com.



Considerações iniciais

A produção de livros indígenas já é uma realidade para mais de quarenta povos indígenas. Trata-se de uma escrita nascida nos bancos escolares das aldeias, oriunda da luta por uma educação diferenciada e regulamentada na Constituição Brasileira de 1988. Nesse processo de publicação, os professores indígenas têm papel importante, posto que cabe a eles o mérito de serem os propulsores e incentivadores desse movimento.

A diferenciação desse novo formato de *poiesis* caracteriza-se pelo hibridismo de gêneros e múltiplas modalidades discursivas, além do caráter político. É uma literatura que se diferencia de outras produções e movimentos literários que retrataram o indígena, criando assim outras possibilidades para novas formas literárias. Como escrita coletiva, esses livros em sua maioria endereçados aos não indígenas dialogam diretamente com os saberes comunitários. Nesse contexto, produzir obras indígenas é uma forma de resistir ao esquecimento, é uma forma encontrada por esses povos de manutenção de suas identidades. Diante dessa conjuntura, esse trabalho apresenta considerações sobre a relação da ancestralidade com a produção do livro indígena. Ainda como parte dos nossos objetivos apresenta-se algumas descrições dos livros representativos de características coletivas e individuais produzidos a partir da ideia de coletividade.

O livro indígena: instrumento de regaste e propagação de ancestralidade

Pensar na especificidade da literatura indígena é pensar na ancestralidade. Os escritores indígenas têm na ancestralidade, na tradição e nos costumes de suas etnias a matéria poética para suas produções. O objeto



livro para o escritor indígena é um lugar de reconstrução da memória. O livro é construído a partir da memória coletiva e saberes tradicionais. É através do domínio da escrita, que passam a fazer história, como produção de sentidos para a própria autoconstrução. Não há história sem discurso. Logo, a escrita e seus meios são instrumentos que os indígenas estão utilizando para configurar suas identidades (ALMEIDA; QUEIROZ 2004). Os autores, através de suas publicações, transitam entre as diferentes culturas e absorvem o que acham importante para compor suas narrativas. Sem deixar suas práticas de contar o mundo, esses escritores têm na memória ancestral, ou seja, nos conhecimentos aprendidos na aldeia com os mais velhos, a matéria poética que dialoga com outros saberes da modernidade.

A ação criadora dos escritores indígenas representa muitas questões existenciais. A necessidade de criar arte, literatura, música, mantêm os costumes vivos dessas comunidades. Nesse processo criativo das narrativas, a representação da ancestralidade reside em saber ouvir os mais velhos. Eles são os conhecedores das histórias de antigamente. Segundo Almeida e Queiroz (2004), os mais velhos entendem que o livro é um poderoso instrumento de reconquista espaço-temporal como objeto que pode ser configurado a cada vez como espaço de manufatura artesanal, em que o tempo é mimetizado nas grafias, através dos gestos, do trabalho pelas mãos de parentes, que o fazem em nome de todos.

Graúna (2013) afirma que a especificidade da literatura indígena brasileira contemporânea implica um conjunto de vozes baseadas no testemunho e de características mnemônicas contadas pelos mais velhos, embora muitas vezes seja vista com olhares diferentes e preconceituosos. De tal modo, as narrativas que compõem os livros na sua maioria de origem



oral, escrita e performática, representam práticas de tessitura de imaginários, manutenção de saberes ancestrais, expressão artística, criação e legitimação de identidades (THIÉL, 2012).

O primeiro exemplo de um livro que traz as características citadas pelas estudiosas acima e corresponde ao tema deste trabalho é *Antes o mundo não existia* (1980), de *Umusin Pārōkumu e Tolamān Kenhíri*, publicado pela Livraria Cultura Editora. Essa obra é representativa porque é a primeira obra escrita por indígenas no Brasil, representa a ideia de autoria coletiva mesmo que assinada por dois autores. Esse texto apresenta, a partir da perspectiva racionalista da civilização ocidental, o conjunto de mitos (*corpus mythorum*) da etnia Desana.

Os acontecimentos relatados, segundo Krüger (2005), podem ser dispostos na seguinte ordem: inicialmente, apresenta-se o *mito cosmogônico*, que é, por excelência, a criação do universo; depois, *os mitos de origem*, em que se incluem os heróis-civilizadores e dos quais deriva a organização social da tribo; por último, *os mitos de fim de mundo*. Nesse sentido, “as narrativas que constituem o livro expressam a trajetória do povo dessana em sua existência na Terra” (KRÜGER, 2005, p. 47).

O segundo exemplo é a obra *Murūgawa: mitos, contos e fábulas do povo Maraguá* (2007), de Yaguarê Yamã, representativa também de autoria coletiva. O próprio título da obra expressa a ideia de coletividade quando o autor assinala que se trata de temas de sua etnia. Por se tratar de uma obra coletiva as características que remetem à questão ancestral é reforçada pelo conjunto de vozes. Na obra em comento, há uma divisão das narrativas em categorias: mitos, contos e fábulas. Ao todo são trinta e uma histórias que compõem o livro. São histórias contadas diretamente por membros da etnia que assinam suas narrativas. Além do autor principal tem ainda como



categoria autor/contador/colaborador: Siniwã Tawató, Werki Wanãgçá, Yaguareçá Sukuyê e Ag'wã Aripunã.

Ainda nessa vertente de autoria coletiva, existe ainda um outro modelo em que a figura do autor como pessoa sai de cena para dar entrada a outra forma-sujeito da escrita. Conforme Almeida e Queiroz (2004), trata-se de um fator novo, que aponta para outra configuração da escrita. Os signos na materialidade substituem a singularidade do homem por um traço. No lugar desse indivíduo e do sujeito, há a comunidade e o signo da aldeia. Essas obras são em sua maioria produzidas em programas de formação de professores ou por projetos governamentais que reforçam a produção literária nas aldeias. A título de exemplo dessa categoria temos *O livro das árvores* (2000), dos Ticuna, *Yasu yalery nhengatú* (2007), da Comunidade Indígena Itapereira-Baré, *Mariye kihti añuse* (2007) da AEITY-Associação Escola Indígena Tukano Yapuri e muitos outros.

Conforme Dorrico (2015), nessa concepção da autoria coletiva vista como um conjunto de colaboradores ou produtores que, juntos, organizam/produzem determinada obra vale a pena notar a voz do coletivo impresso esteticamente no escrito, ainda que por meio do esforço de um autor individual em promover a obra. Compreende-se dessa forma, que essa “voz coletiva, que pode aparecer em livros organizados conjuntamente no reconto de mitos, histórias, cantigas, eventos e mostra-se como uma unidade que marca a identidade literária indígena” (DORRICO, 2015, p. 50).

Já o terceiro exemplo é a obra *Meu vô Apolinário* (2001), de Daniel Munduruku, representativa de autoria individual. A narrativa está pautada nas lembranças de infância do autor, mais precisamente nas histórias contadas por seu avô Apolinário. Os escritores se valem da memória de quem conhece e repassa essas narrativas: os anciãos. Desse modo, é preciso



reconhecer que as narrativas que hoje são escritas já fizeram parte das práticas orais. Nessa obra, o narrador mergulha “na memória para fazer emergir um diálogo com o ancestral-protagonista. Esse mergulho no rio da memória é parte integrante do tempo e do espaço simbólico, pois o tempo e o espaço são elementos básicos no sistema de apresentação” (GRAÚNA, 2013, p. 131).

O escritor indígena, como representante de um grupo étnico, leva em consideração a importância que essas comunidades dão para a escrita dos mitos. Os mais jovens, que frequentam os bancos escolares, são incumbidos dessa tarefa, como nos diz Almeida e Queiroz (2004):

Partindo de um conhecimento milenar sobre os fundamentos da estruturação social, os sábios das aldeias têm deliberado, quase que em cadeia, motivados pelos exemplos que se multiplicam entre os “parentes” de outras tribos, sobre a urgência dos mais novos, os que estão nas escolas, escreverem e publicarem as histórias “verdadeiras” sobre seu povo. As histórias mais verdadeiras são aquelas que só eles sabem realmente, do tempo de antes, quando a escrita não havia determinado que existem histórias falsas (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 233).

O desejo dos povos indígenas de escrever suas narrativas vai muito além da compreensão do poder da escrita, dos documentos dos brancos. Desse modo, a possibilidade de confeccionar livros que preservem as tradições e as ancestralidades tem feito com que essas comunidades invistam na construção de seus textos.

A literatura para esses escritores é uma forma de atualização dos conhecimentos antigos. Fazem isso utilizando seus saberes ancestrais atrelados a ferramentas do mundo globalizado. Os autores negociam com a sociedade hegemônica um novo lugar para tornar visível a história, a textualidade e a identidade indígena. Eles mostram como os indígenas



podem, ao assumir o controle da narrativa, redefinir seu passado, presente e futuro, na literatura e no mundo (THIÉL, 2012).

Desse modo, pensar o processo da escrita indígena não significa descartar a importância da oralidade. Para Dorrico (2018, p. 134), “a ancestralidade e a tradição oral passam a ser tomadas como signos na escrita, suas histórias reais ou fictícias são reescritas para serem contadas exaltando a beleza de ser indígena”. Nesse sentido, se a ancestralidade é matéria fundamental para a expressão estético-literária, a escrita não tem a intenção de apagar a tradição oral, fazendo dela coisa do passado, mas de juntas conviverem em prol do movimento de afirmação dos povos indígenas no país.

Na literatura de autoria indígena, conforme Márcia Kambeba (2018), a escrita, assim como o canto, tem peso ancestral. Distingue-se de outras literaturas por carregar representações de um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. A palavra indígena está impregnada de símbolos e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões dos saberes que são repassados aos seus pela oralidade. Essa prática ainda é usada, pois é parte integrante da cultura em movimento.

De acordo com os estudos de Dorrico (2018), a memória viva nas palavras dos anciãos reatualiza a tradição ancestral. Esses sábios, com suas vozes, transmitem a cultura milenar de seu povo e preservam os conhecimentos que necessitam para a manutenção das comunidades e para salvaguardar as sabedorias ancestrais. São esses saberes que possuem caráter de resistência. A memória, a tradição, as vozes ancestrais orientam a produção estética dos escritores em gêneros híbridos e adaptados ao tipo de dinâmica sociocultural, simbólica e epistemológica própria aos indígenas,



consagrando a ficção, a contação de histórias, memórias, autobiografias, depoimentos, romance, conto, crônica e poesia. Ainda conforme a autora, os textos indígenas buscam trazer memórias, essa matéria ancestral, ao impresso, para reafirmar sua identidade.

Na atualidade, as vozes ancestrais que ecoam das narrativas sugerem um mundo de pessoas que foram impossibilitadas de expressar suas ideias ao longo de cinco séculos. Portanto, a leitura da literatura indígena pode ser realizada a partir da compreensão cultural e criativa que os escritores apresentam. Com as vozes ancestrais, a memória, a oralidade e a poética individual e coletiva, observa-se uma chave de leitura essencial e proveitosa para acessar o texto e compreender a força da representatividade desse movimento emergente (DORRICO, 2018).

As narrativas refletem a necessidade da manutenção e propagação dessas identidades. O que antes era disseminado por meio da oralidade, agora é registrado no papel para que todos tenham acesso, indígenas e não indígenas estão conhecendo a ancestralidade tribal por meio da literatura. E a oralidade não perdeu com o advento da escrita seu valor dentro das sociedades tribais. Reiteramos o diálogo dessas duas vertentes na composição das narrativas de autoria indígena. Nesse processo transitivo do oral para o escrito, os saberes tradicionais não se dissociam, adaptam-se em um novo suporte, o livro.

No que se refere à construção da identidade indígena, os textos problematizam a visão do indígena vinculada pelas narrativas ocidentais escritas por pessoas alheias à cultura nativa. Os escritores dialogam com textos já existentes e negociam suas formas de narrar entre tradições, recursos e visões de origem ancestral e europeia. De tal modo, as textualidades híbridas e multimodais resultam de relações entre a palavra



que evoca a memória ancestral e a palavra que permite a divulgação das culturas tribais (THIÉL, 2012).

É diante do grande número de publicações que, segundo Guesse (2013), os elementos culturais indígenas estão sendo recuperados, já que os anciãos estão sendo ouvidos pelos coletores e escritores para a confecção dos livros. A partir desse processo de escuta e coleta, a cultura é, de alguma forma, reafirmada, preservando e fortalecendo o sentido de comunidade, com o intuito de retomar e preservar hábitos culturais, valores e práticas tradicionais. É a prática escritural e literária fortalecendo a cultura e a identidade dos diferentes povos indígenas brasileiros, num processo recente, constante e promissor. Esse processo se estende também aos não indígenas em relação a um universo “novo”, diferente, porém, ao mesmo tempo tão igual na dignidade, na riqueza, na complexidade e no direito de fazer-se ouvir, conhecer e respeitar (GUESSE, 2013).

Enfim, a literatura indígena é a representação da relação do homem com os saberes tradicionais de sua comunidade. Escrever suas narrativas é uma forma de perpetuação desses saberes, embora, não se restrinja somente ao livro impresso. Ler obras indígenas é permitir a abertura do próprio sentido de texto, que não se limita unicamente à leitura ficcional. É preciso ler culturalmente as tradições e as ancestralidades e perceber que o texto literário também é lugar de provocações, reivindicações, luta e resistência.

Considerações finais

A partir do exposto compreende-se que a produção de obras indígenas surge em um momento de redemocratização do país. Os direitos educacionais adquiridos deram voz e oportunidade aos professores



indígenas de produzirem suas literaturas. Pautados no ideário de coletividade, esses autores são os porta-vozes dos saberes coletivos de suas comunidades, nesse sentido, o registro de suas manifestações poéticas também funciona como um mecanismo de salvaguardar essas memórias.

A matéria ancestral presente no livro indígena discutida por este trabalho, em síntese, é fruto do ato mnemônico. A matéria dos livros são as histórias contadas pelos mais velhos. Portanto, a ancestralidade nesses textos se manifesta a partir dessas vozes, que apresentam os mitos, os cânticos e rituais de épocas remotas. Nesse processo, os mais jovens são incumbidos de registrarem essas narrativas.

Desse modo, a busca por legitimidade está em poder falar em nome de uma coletividade, em apresentar obras que versem sobre as realidades das comunidades indígenas. Os autores indígenas constroem suas literaturas a partir de uma dialética que envolve suas manifestações culturais e os conceitos universais de literatura. Estão em trânsito contínuo entre a aldeia e a cidade, absorvem o que acham importante das culturas cosmopolitas e agregam em suas produções.

Referências

- AEITY-Associação Escola Indígena Tukano Yapuri. **Mariye kihti añuse**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2007.
- ALMEIDA, M. I. QUEIROZ, S. **Na captura da voz**: as edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica: FALE/UFMG, 2004.
- COMUNIDADE Indígena Itapereira-Baré. **Yasu yalery nhengatú**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2007.



DORRICO, J. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. **Revista Igarapé**, Porto Velho. v. 5, n.2, p. 107-137, 2018.

DORRICO, J. **Autoria e performance nas narrativas míticas amondawa**. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2015.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUESSE, É. B. **Prática escritural indígena: língua e literatura fortalecendo a identidade e a cultura**. In: Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. p.1-8.

KAMBEBA, M. W. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, J. *et al.* (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

KRÜGER, M. F. **Amazônia: mito e literatura**. 2ed. Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2005.

MUNDURUKU, D.; BORGES, R. **Meu avô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

PÃRÕKUMU, U., KEHÍRI, T. **Antes o mundo não existia: a mitologia dos índios Desâna**. 1. ed. São Paulo: Livraria Cultura, 1980.

THIÉL, J. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TICUNA. **O livro das árvores**. Global, São Paulo.2000.

YAMÃ, Y. **Murūgawa: mitos, contos e fábulas do povo Maraguá**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.